

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.424.178 - RS (2013/0403520-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : BANCO SANTANDER BRASIL S/A  
**ADVOGADOS** : EVERTON MADEIRA GUSMÃO RUANO E OUTRO(S) - RS022715  
SILVIO LUÍS GONÇALVES - RS017241  
**RECORRIDO** : ADRIANA DA SILVA VARGAS - MICROEMPRESA  
**ADVOGADO** : CÁTIA GIACCHIN DE MOURA E OUTRO(S) - RS046097

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por BANCO SANTANDER BRASIL S/A contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

*"AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO DECIDIDO MONOCRATICAMENTE. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO REVISIONAL. OBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 557, CAPUT, DO CPC. INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS NOVOS A AUTORIZAR MODIFICAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA. APURAÇÃO DE SALDO EM FAVOR DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. PRETENSÃO DE COBRANÇA NOS AUTOS DA REVISIONAL. INADEQUAÇÃO. AUSÊNCIA DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL.*

*Não procede a pretensão da instituição financeira, parte ré na ação revisional de contrato bancário, quanto à cobrança de saldo credor, apurado em liquidação da sentença, na medida em que não restou constituído título de crédito judicial em seu favor.*

*Decisão mantida.*

*Agravo interno ao qual se nega provimento.*

*Unânime." (fl. 74)*

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação aos arts. 475-B e 475-J do CPC/73 e dissídio jurisprudencial, sustentando, em síntese, que a sentença proferida em sede de liquidação de sentença constitui título executivo judicial, mesmo quando o procedimento executivo tenha origem em demanda revisional ajuizada pela parte ora imputada como devedora, após a apuração de débitos e de créditos entre as partes.

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 92).

É o relatório.

O Tribunal de origem entendeu que a instituição financeira não detém título suficiente para inaugurar fase executiva em face da parte autora de ação revisional, mesmo quando, em cumprimento de sentença, o juiz tenha homologado cálculo atribuindo ao banco a condição de credor. Eis trecho do aresto:

*"A questão em comento diz com pretensão de cobrança, pela instituição financeira, de saldo credor em seu favor, apurado em liquidação da sentença de ação revisional.*

*Com efeito, para que seja processada a execução, conforme pretendido pelo recorrente, é imprescindível a existência de título judicial que a fundamente, conforme prevê o, disposto no art. 586 do CPC, verbis:*

*Art. 586. A execução para cobrança de crédito fundar-se-á sempre em título de obrigação certa, líquida e exigível.*

*Ao concreto, o recorrente não detém título de crédito hábil a instruir seu pedido de execução de saldo devedor da agravada, verificado pela liquidação da sentença, pois, sequer apresentou reconvenção ao feito revisional que pudesse formar um título executivo para respaldar seu pleito executivo na própria ação revisional." (fls. 77/78)*

Contudo, segundo a jurisprudência do STJ, a ação revisional possui caráter dúplice, de modo que a formação de título executivo em favor do réu, quando a fase de liquidação identifique crédito a seu favor, independe do ajuizamento de reconvenção. Nesse sentido:

***"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. REVISÃO DE ENCARGOS. CONTRATOS ANTERIORES. DETERMINAÇÃO DE LIQUIDAÇÃO PARA ACERTAMENTO DO VALOR DEVIDO. OBSERVÂNCIA DA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE. ACOLHIMENTO DOS EMBARGOS, SEM ALTERAÇÃO NO RESULTADO DO JULGAMENTO.***

***1. A jurisprudência deste Tribunal orienta que "não retira a liquidez do título, possível julgamento de ação revisional do contrato originário, demandando-se, apenas, adequação da execução ao montante apurado na ação revisional" (REsp 593.220/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJ 21.2.2005).***

***2. Ademais, "a sentença declaratória em ação de revisão de contrato pode ser executada pelo réu, mesmo sem ter havido reconvenção, tendo em vista a presença dos elementos suficientes***

*à execução, o caráter de "duplicidade" dessas ações, e os princípios da economia, da efetividade e da duração razoável do processo (REsp nº 1.309.090/AL)" (AgRg no REsp 1446433/SC, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, Dje 9.6.2014).*

*3. As instâncias ordinárias, portanto, observaram a jurisprudência desta Corte ao determinar a fixação do débito em razão da revisão de encargos previstos nos contratos celebrados entre as partes.*

*4. Embargos de declaração acolhidos, sem alteração no resultado do julgamento.*

*(EDcl no AgInt no REsp 1277669/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 21/06/2018, DJe 01/08/2018)"*

O acórdão, portanto, diverge do entendimento desta Corte Superior, motivo pelo qual deve ser reformado.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial e determino o retorno dos autos ao juízo de 1º grau para o regular processamento do cumprimento de sentença, com todos os consectários legais, figurando a instituição financeira no polo ativo, como credora.

Publique-se.

Brasília (DF), 05 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator